

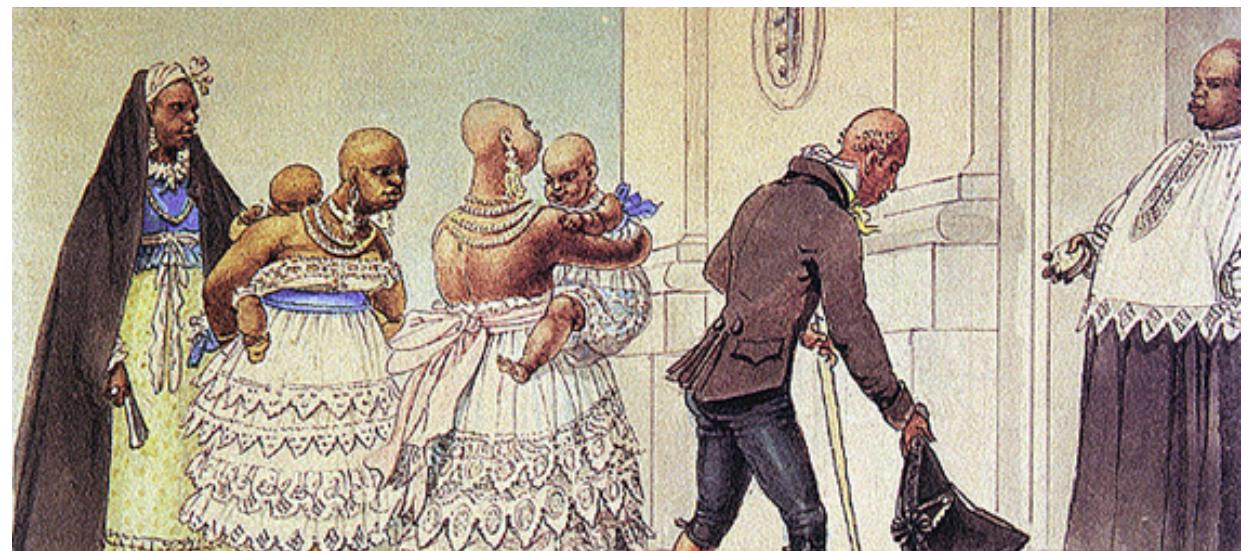


ARTIGO

AS FAMÍLIAS CATIVAS CAPIXABAS ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Laryssa da Silva Machado

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2022-2026) Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017-2019). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2016). Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo (2010). Graduada em História pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo (2004-2007). Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES (desde 2012).



Resumo

Nas últimas décadas, estudos sobre famílias cativas tornaram-se abundantes, principalmente porque passaram a utilizar fontes eclesiásticas e cartoriais que ajudam a remontar as composições familiares diversas que existiam no Brasil colonial e imperial. No Espírito Santo, essas pesquisas também ganharam fôlego principalmente após a criação do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, (Mestrado em 2003 e Doutorado em 2011). Os trabalhos liderados pela professora Adriana Pereira Campos trouxeram luz as escravarias capixabas, e assim, pode-se conhecer melhor a composição dos cativos presentes no solo espírito-santense, bem como a organização familiar desses trabalhadores que ocupavam territórios de norte a sul da província. Esse artigo apresenta trabalhos relevantes produzidos pela historiografia capixaba nos últimos anos. Apesar de ser uma província pequena e com reduzida população, se comparada a outras da região, as escravarias capixabas apresentavam diversidades em sua composição, mas ambas possuíam o elemento familiar e a reprodução endógena.

Palavras-Chaves: Família cativa; historiografia capixaba; história do Espírito Santo.

Abstract

In recent decades, studies on captive families have become abundant, mainly because they began to use ecclesiastical and notary sources that help to retrace the diverse family compositions that existed in colonial and imperial Brazil. In Espírito Santo, this research also gained momentum mainly after the creation of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Espírito Santo, (Master's degree in 2003 and Doctorate in 2011). The work led by professor Adriana Pereira Campos brought to light the slaves of Espírito Santo, and thus, it is possible to better understand the composition of the captives present on Espírito Santo soil, as well as the family organization of these workers who occupied territories from north to south of the province. This work presents relevant works produced by Espírito Santo historiography in recent years, as well as the historiographic production carried out in Espírito Santo. Despite being a small province with a small population, compared to others in the region, the slaves in Espírito Santo presented diversity in their composition, but both had a family element and endogenous reproduction.

Keywords: Captive family; Espírito Santo historiography; history of Espírito Santo.

Introdução

Os estudos sobre organização familiar são complexos em qualquer período. Isso porque, dentro das ciências humanas existem muitas formas de organização familiar que podem se enquadrar como família, tanto naturais/biológicas quanto culturais, porém, sempre houve um padrão de família entre as sociedades, resultante de diversos matizes. Pesquisas sobre o assunto utilizam variadas fontes para reconstruir os arranjos familiares.

Na sociedade brasileira colonial e imperial, principalmente, o modelo católico prevaleceu, como apontou Ronaldo Vainfas (2002, p.260-262) em seu *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Era a Igreja que definia o que era lícito e ilícito dentro dos arranjos familiares, o que não impedia que os outros modelos fossem possíveis. Ela controlava e registrava os momentos vitais das pessoas (nascimento, casamento e óbito). Nesses momentos, teias sociais eram construídas ou se fortaleciam entre os indivíduos participantes, uma vez que “através do compadrio e das alianças matrimoniais, unindo famílias distintas pelo parentesco ritual” (VAINFAS, 2002, p.260).

Deve-se considerar, porém, que as relações tidas como lícitas podiam transitar entre as fortuitas ou esporádicas até as estáveis e duradoras, configurando, nesse último caso, relações de concubinato, ainda que não impliquem a coabitAÇÃO. Mas também podiam fundar famílias não enquadradas no modelo católico, como no caso de muitas famílias escravas. Embora os escravos se casassem menos, na Igreja, do que os homens livres, sua organização familiar se pautava, em muitos aspectos, nas culturas de origem, sobretudo com a entrada maciça de africanos da primeira metade do século XIX. Tais relações não sacramentadas permitiam, de todo modo, a formação de familiares e estabeleciaiam alianças fundamentais na constituição das comunidades escravas (VAINFAS, 2002, p.260-261).

Em relação à composição das famílias cativas, em geral, obtém-se informações por meio de vários documentos, tais como: eclesiásticos, que são os registros de batizados, casamentos, óbito e processos de banhos matrimoniais, ainda que sejam descontínuos; listagens nominais, mapeamentos populacionais por fogos em que aparecem nomes dos chefes de família, cônjuges, filhos, escravos, agregados (FARIA, 1998, p. 39); e os registros cartoriais, principalmente inventários *post-mortem* e testamentos, que oferecem informações sobre filhos legítimos e ilegítimos, pais, órfãos, parentes, agregados, dentre outros (FURTADO, 2009, p.112).

Segundo Patrícia Merlo (2008, p.13), “a utilização de ampla documentação, sobretudo cartorial, possibilitou a inserção de novas dinâmicas e agentes sociais no mosaico descritivo da história do Brasil.” Ainda assim é preciso ressaltar a dificuldade de lidar com tais documentos, já que, dificilmente, uma região possui essa diversidade de fontes num mesmo período disponíveis para que sejam comparadas através de acompanhamento nominal (FARIA, 1998, p.40).

Ainda assim, trabalhos significantes vêm sendo produzidos nas últimas décadas dentro da historiografia brasileira sobre famílias cativas. As ideias de “promiscuidade” relacionadas às mulheres cativas e a inexistência de laços de sociabilidade por parte dos escravizados vêm dando lugar a inúmeras produções que demonstram a diversidade de composições familiares nas inúmeras localidades do Brasil. Tanto em grandes cidades como em pequenas vilas, as uniões e laços de sociabilidade que envolvem cativos são inúmeros e muito importantes para conhecer a dinâmica da sociedade brasileira nos períodos imperial e colonial.

No caso do Espírito Santo, os trabalhos nessa temática ganharam fôlego após a criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2003 com o curso de Mestrado e em 2010 com o curso de Doutorado.¹ Os trabalhos co-

¹ Informações em <https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPCHIS>.

ordenados pela professora Adriana Pereira Campos² no Laboratório História, Poder e Linguagens³ dinamizaram as pesquisas dentro do território capixaba, principalmente no período imperial. Tais trabalhos serão apresentados aqui e demonstrarão como a reprodução endógena era parte da composição social das escravarias espírito-santenses.

Esse artigo pretende então, realizar um balanço historiográfico de trabalhos nacionais relevantes a respeito das famílias cativas, enfatizando os produzidos nas últimas décadas e que serviram de base teórica para novas produções realizadas em inúmeras localidades e vilas brasileiras. Além disso, se destacarão os trabalhos capixabas, que remontam às famílias cativas de norte a sul da província.

As famílias cativas brasileiras: alguns apontamentos

Entre os séculos XVI e XVIII, o termo família representava a ideia de coabitação enunciada, independente de laços consanguíneos, e abrangia a “gente da casa”, que eram criados e agregados. Também estavam relacionados aos parentes, àqueles ligados por laços consanguíneos, mas que não coabitavam. No Brasil, os cativos não eram incluídos como membros da família. Ainda assim, o parentesco por afinidade, obtido em rituais como os de compadrio, por exemplo, era traço importante na composição familiar (FARIA, 1998, p.43).

Ana Scott (2015), ao analisar os estudos desenvolvidos sobre famílias no Brasil nas últimas décadas, observou consideráveis e distintas combinações. A coexistência étnica, a introdução da escravidão, os fluxos imigratórios e outros fatores tornaram a sociedade brasileira complexa e hierarquizada. A Igreja Católica contribuiu com o aparato normativo, endossado pelo Estado, que desde o início da colo-

nização ditou o modelo ideal de família, fundado no casamento monogâmico e indissolúvel. Esse modelo vigorou até a República, mas as famílias buscavam alternativas a esse modelo (SCOTT, 2015, p.25).

Dentro dessa perspectiva, o estudo desenvolvido por Mariana Dantas (2015) sobre mulatos e pardos na Comarca do Rio das Velhas em Minas Gerais no século XVIII, demonstrou incontáveis laços familiares formados por “relacionamentos íntimos que se desenvolveram entre homens portugueses brancos e mulheres africanas” (DANTAS, 2015, p.125). As uniões mistas geraram indivíduos que, inseridos na sociedade escravocrata e com relações desiguais de poder, criaram estratégias de sobrevivência para garantirem bem-estar socioeconômico e até influência política, o que comprova a multiplicidade de relações familiares.

Quanto às formalidades para a formação de uma família, o Cristianismo, como citado, constitui peça fundamental na mudança dos costumes, uma vez que foi o responsável por atribuir formalidades às uniões, exigindo a consagração do ato por representantes da Igreja. Esta passou a regulamentar a formação das famílias por meio do Direito Canônico (CAMPOS, MERLO, 2005, p.333). Ainda assim, no Brasil, muitas uniões não eram sacramentadas pela Igreja, configuradas como concubinato. Havia também as famílias chefiadas por mulheres solteiras, algumas com filhos. As crianças consideradas “bastardas” eram comuns no cotidiano do século XIX (VAINFAS, 2002, p.260).

Embora Portugal trouxesse para o Brasil uma tradição jurídica com larga experiência escravista, no campo das relações familiares a Igreja e o direito canônico assumiram a responsabilidade em disciplinar tal matéria. A importância desse assunto inscreve-se no debate acerca do papel da família entre cativos no Brasil, não só para comprovar a existência dessas relações, como também para enriquecer o conhecimento acerca dessa forma de sociabilidade ainda pouco trabalhada na historiografia nacional (CAMPOS, MERLO, 2005, p.350).



(DEBRET, 1839).

Vainfas, no Dicionário do Brasil Imperial, apresenta o Romantismo como o principal causador de impacto moral nas relações conjugais. Ao criticar os interesses familiares, políticos e financeiros por trás das uniões, o romantismo propôs que os noivos tivessem o direito de escolha e a “união de corações levaria à felicidade individual” (VAINFAS, 2002, p.261). O século XIX, assim, marcaria o início das discussões sobre o monopólio da Igreja Católica a respeito do conceito das uniões familiares, já que imigrantes não católicos chegavam ao Brasil na época. Além disso, a família cativa é descrita por Vainfas como a união fora do modelo católico, pois pautava sua organização, em muitos aspectos, na sua cultura de origem. Ainda assim, destaca-se que a formação de famílias “estabeleciam alianças fundamentais na constituição das comunidades escravas” (VAINFAS, 2002, p.261).

As últimas décadas trouxeram para a historiografia brasileira novos trabalhos a partir de fontes que antes não eram utilizadas e personagens que por muito tempo foram estigmatizados. O uso de fontes cartoriais, judiciais, cartas, diários, inventários *post-mortem*, lista de escravos, documentos eclesiásticos de batismo, casamento e óbitos proporcionaram novas perspectivas e análises da dinâmica da sociedade brasileira nos períodos colonial e imperial. Os trabalhos sobre escravidão ganharam realce porque se conferiu lugar de agente da história e não de simples mercadoria inanimada aos escravos.

Importante ressaltar, como cita Robert Slenes (2011, p.54), que os novos estudos não têm por objetivo minimizar os horrores da escravidão. Ao contrário, as novas pesquisas devolvem historicidade ao escravismo, sistema construído por agentes sociais múltiplos. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos

² Informações em <http://lattes.cnpq.br/1013756650302841>.

³ Informações em <https://lhpl.ufes.br/>.

homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram redescobertas e pensadas sob novo olhar (MATTOS, 2014, p.85).

Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997, p.1), com o uso das novas fontes a partir da década de 1970, historiadores brasileiros observaram que os cativos eram capazes de “criar e viver sob normas intrínsecas ao humano [...] e a escravidão e o parentesco não são experiências excludentes; o cativeiro não abortou a família escrava.” Manolo Florentino e João Fragoso (2001) romperam com o paradigma metrópole-colônia a respeito do tráfico de escravos, demonstrando que o controle desse comércio pertencia, em grande parte, aos comerciantes brasileiros.

Um dos trabalhos inovadores produzidos na década de 1980 foi o de Kátia Mattoso, intitulado *Ser Escravo no Brasil* (1990). Na análise das relações entre escravos e senhores, Mattoso concluiu que a predominância do paternalismo constituía no principal determinante nessas sociabilidades. Considerada parte da sociedade patriarcal, a família escrava obtinha, ironicamente, alguma vantagem dessas relações. A autora compreendeu o escravo na sociedade brasileira não mais como um ser sem ação e voz. “Negro ou mestiço, africano ou crioulo, é um homem novo que o Brasil fez nascer. Nós o vimos viver e sobreviver na sua família, em sua comunidade, em seu trabalho. Nós o vimos sonhar seu sonho de libertação” (MATTOS, 1990, p.172).

Manolo Florentino e José Roberto Góes concluíram que a escravidão era mantida não apenas pelo tráfico, mas também pelas famílias. A senzala, contudo, era lugar de permanente tensionamento devido à chegada constante de novos cativos por meio do tráfico. “A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um nós. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.35).

Florentino e Góes descreveram as famílias formadas nas senzalas como predominantemente ma-

trilineares e algumas delas chegavam a ter avós, o que demonstrava certa estabilidade nesses enlaces. Os autores detectaram também que, de maneira geral, as famílias permaneciam unidas mesmo com a morte do seu dono e partilha da herança.

A família escrava apresentava, portanto, diversas estratégias de paz dentro das senzalas, em resposta ao ambiente de tensão causado pela própria dinâmica da escravidão. A escassez de mulheres nos plantéis contribuía para a crise entre os cativos, acentuada pelo incremento de “negros novos”, que chegavam com o tráfico transatlântico. Para os autores é nítida a relação proporcional entre o tamanho da escravaria e os laços de parentesco, indicando que “as famílias escravas tinham por sentido fundamental o estabelecimento da paz” (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). Manolo Florentino e José Roberto Góes defendem a ideia de que a violência não era suficiente para obter do escravo o necessário à produção escravista. Assim, a permissão da constituição de famílias era uma estratégia política da escravidão.

A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários (note-se aqui o papel estabilizador da família tanto para os cativos como para o sistema inclusivo, já que, em tese, no interior destes grupos parentais, as expectativas de conflito, indefinidamente recriadas pela escravidão, deviam tender a tornarem-se mais modestas). A família escrava ia além do que revelam os inventários, mas não sabemos ao certo o quanto (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.90).

Robert Slenes (2011), por sua vez, considerou as famílias escravas como elemento decisivo para a criação de uma comunidade cativa que compartilhava

experiências, valores e memórias. As famílias fazem parte de um mundo criado a partir de recordações e esperanças dos escravos, parte crucial na formação de identidades no cativeiro. O historiador trabalhou com a ideia da permanência da ancestralidade africana. Segundo ele, os africanos que vieram para o Sudeste brasileiro, “apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar a vida deles, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem” (SLENES, 2011, p.155).

Para Slenes, a família cativa ia além de estratégias de domínio escravista ou meros mecanismos de manutenção da paz e enfraquecimento das resistências dos escravos em relação aos senhores. Para ele, os laços familiares eram formados a partir de esperanças e recordações, descobrindo a “flor” nas senzalas a partir de experiências semelhantes às heranças culturais em comum com a África.

Entretanto, se a “promiscuidade” tivesse sido desenfreada quanto a bibliografia clássica sugere, os proprietários não teriam adotado qualquer tentativa de impor a seus escravos o casamento pela igreja. Ou, se tivessem insistido em escrever roteiros para seus cativos que frequentemente não eram representados, não poderiam ter lembrado com tanta precisão (ou com imprecisões tão coerentes) das complexidades dos enredos e subtramas familiares. Em suma, a concordância das informações sobre essas uniões matrimoniais no tempo e mesmo suas inconsistências, compatíveis com as falhas de uma memória senhorial imperfeita, porém ancorada nos fatos sociais, inspiram confiança. Sugerem fortemente que os dados, em seu conjunto, retratam de forma bastante fiel a realidade da coabitação entre os escravos. Não representam uniões fictícias impostas por seus proprietários (SLENES, 2011, p. 105).

Florentino e Góes, por sua vez, como discutido, consideravam a família escrava como pilar da escravidão, uma vez que pacificavam as tensões dentro

das escravarias oriundas das desigualdades causadas pelo tráfico. As discordâncias entre os autores não invalidam suas contribuições historiográficas. Os trabalhos de Robert Slenes e Manolo Florentino e José Roberto Góes abriram caminho para que outros estudos semelhantes fossem desenvolvidos em vários lugares do Brasil. Desde então se consolidou a compreensão de família escrava existente em inúmeros lugares do país, tanto em economias agroexportadoras, como em regiões que produziam para o abastecimento interno.

Na década de 1990 emergiram estudos que buscaram trazer novas problemáticas ao tema. Neste artigo, as leituras do aspecto demográfico da família escrava de Carlos Engemann (2006) e de Roberto Guedes (2008) sobre família de libertos forneceram instrumentos heurísticos para a pesquisa da família escrava em Itapemirim. Já as pesquisas de Júnia Furtado (2001) trouxeram ao artigo o apoio necessário para pensar as mulheres escravas e libertas no interior das famílias. As investigações de Sheila Faria (1998), por sua vez, contribuíram para a reflexão do casamento, do batismo e do óbito nas famílias de escravos. O batismo introduzia o sujeito na comunidade local; o casamento apenas se oficializava com a benção do padre e o óbito representava a morte social.

A coletânea *História da Vida Privada no Brasil* (1997) trouxe temas relacionados ao cotidiano do Brasil nos períodos colonial e imperial. No caso do último, o texto de Hebe Mattos expôs os laços familiares dos cativos e seus direitos. Em trecho de seu artigo, ela expõe a moradia dos cativos casados. “Não eram apenas os “feitores” que habitavam cabanas separadas das conhecidas senzalas em quadrado. A maioria dos cativos casados ou amasiados o faziam” (MATTOS, 1997, p.352). Em outro trecho, ela demonstra como funcionava a escolha dos parceiros dentro das sociedades cativas:

O caso é paradigmático. Sugere a existência de regras bastante complexas a definir as opções do ca-

samento escravo, propondo uma hierarquia geracional (com os pais – e em especial das mães – tendo maior influência na escolha das filhas). Mas ainda ilustra o papel que o acesso à relação conjugal desempenhava para a construção de uma relação de pertença dos recém-chegados com a comunidade cativa já estabelecida (MATTOS, 1997, p.352).

Outras coletâneas que abordam o tema “família cativa” no Brasil, lançadas nos últimos anos, trazem trabalhos mais recentes sobre o tema e com perspectivas variadas, uma vez que apresentam trabalhos produzidos em várias localidades do país. No caso da *História da Família no Brasil* (2015), a obra conta com a organização de Douglas Libby, José Newton Coelho Meneses, Júnia Ferreira Furtado e Zephyr L. Frank. A coletânea não se dedica exclusivamente às famílias cativas, mas artigos como o de Mariana Dantas, *Pai branco, mãe negra, filho pardo: formação familiar e mobilidade social na Comarca do Rio das Velhas*, e de Helen Ulhôa Pimentel e Gefferson Damasceno Costa, *Família escrava a partir de arquivos paroquiais: laços de parentesco e estratégias de sociabilidade* são exemplos de reconstrução dos laços familiares e estratégias sociais de cativos e ex-escravizados.

Em outra coletânea organizada por Roberto Guedes e João Fragoso, *História Social em Registros Paroquiais* no ano de 2016 as famílias cativas se destacam. No texto de Afonso de Alencastro Graça Filho e Douglas Cole Libby, *As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX*, as relações sociais entre senhores e cativos são apresentadas nas concessões de alforrias. No caso das alforrias batismais, esse conjunto de documentos é de suma importância, pois além da regularidade e constância, era fácil para o senhor e o cativo o reconhecimento da alforria diante da autoridade eclesiástica (GRAÇA FILHO, LIBBY, 2016, p.11). Em outro artigo da coletânea, novamente os cativos são protagonistas: *Pardos e pardos forros: agentes da escravidão e da mestiçagem (São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)*, de Júlia

Ribeiro Aguiar e Roberto Guedes. Nos demais textos, os autores apresentam as composições familiares tanto de livres quanto dos cativos que se fazem presente nos livros eclesiásticos.

Já na coletânea *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*, de 2015, organizado por Roberto Guedes, Claudia Rodrigues e Marcelo da Rocha Wanderley, a parte II dedica-se exclusivamente aos estudos sobre famílias. Nos demais artigos, a temática da escravidão é constante, uma vez que os cativos eram um dos principais bens que aparecem nos documentos de testamento e inventários *post mortem*.

Documentos eclesiásticos e cartoriais compõem base documental importante para se conhecer e entender as famílias cativas, e por isso essas coletâneas são tão importantes nas discussões mais recentes sobre o tema. Praticamente em todas as vilas e cidades brasileiras a presença da família cativa era notada. O avanço nos estudos do tema possibilita que mais localidades possam observar essa dinâmica e apresentar as características próprias das composições familiares.

O Espírito Santo é mais uma localidade que apresenta estudos relevantes sobre essa temática. Embora saiba-se que escravarias ainda precisam ser levantadas e estudadas, para se compreender a composição e organização das mesmas, estudos que consideravam a importância foram elaborados e apresentam um panorama da escravidão e de suas composições familiares, como se verá no próximo tópico.

Uma historiografia em construção: análise dos trabalhos sobre as famílias cativas capixabas

Os estudos sobre família cativa demonstram a diversidade existente nas comunidades das várias regiões do Brasil. Como cada uma apresenta características peculiares, tais estudos podem ser contemplados por meio da micro-história, pois admite temáticas li-

gadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Jacques Revel “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p.23). Os estudos em escala micro são interessantes por trazerem situações reais à tona, caso das inúmeras escravarias estudadas no país, incluindo a capixaba. Cada região apresenta peculiaridades, ainda que estejam inseridas em uma pequena província, como o Espírito Santo.

Apesar de o Espírito Santo ser uma província pequena e de pouco destaque, quando comparada às outras do Sudeste brasileiro, as escravarias capixabas apresentam características únicas. Em estudo pioneiro, Vilma Almada (1984) detectou a presença de famílias cativas nas regiões de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus. “Contrariamente, nas economias mais dinâmicas a existência de maiores plantéis de escravos nas unidades produtivas parece ter agido no sentido de facilitar as uniões entre escravos” (ALMADA, 1984, p.145). Em sua obra, *Escravismo e Transição*, Almada analisa a escravidão capixaba, principalmente nas regiões cafeicultoras, e como os cativos tiveram papel peculiar na economia até a abolição em 1888, e assim, a mesma foi a primeira a identificar a união entre os cativos espírito-santenses.

Nas décadas seguintes apareceriam estudos mais específicos sobre o assunto. O primeiro trabalho que abordou especificamente as famílias cativas no Espírito Santo contemplou a capital Vitória no período de 1800-1871, realizado por Patrícia Merlo (2008),⁴ que observou que havia número significativo de cativos aparentados nas pequenas e médias escravarias, com mulheres desempenhando papéis de relevância nas famílias escravas (MERLO, 2008, p.137). De outra parte, houve entre 1850 e 1871, segundo a historiadora

ra, já no segundo período, a formação da comunidade cativa nas grandes escravarias. Conclui, ainda, que as escravarias de Vitória contavam com a reprodução natural dos escravos, alta concentração de crioulos, taxa elevada de crianças e frequentes laços familiares. Assim, a reposição das escravarias contava pouco com o tráfico internacional, o que dava à reprodução endógena lugar indispensável à manutenção da escravidão em Vitória (MERLO, 2008, p.181).

No tocante aos padrões familiares entre cativos, foi possível identificar significativa autonomia dentro do cativeiro na constituição de arranjos parentais, além de um número significativo de laços familiares envolvendo escravos, libertos e livres, explicitados por ocasião do batismo, do casamento ou mesmo da morte. Na verdade, os estudos sobre família escrava realizados em regiões menores como Vitória apontam que a alta representatividade de escravos nascidos no Brasil ao longo do Dezenove parece corroborar a hipótese de se tratar de escravarias já antigas, onde ocorreu paulatina renovação de mão-de-obra via natalidade, apesar do ingresso de recém chegados pelo tráfico. Em Vitória, especialmente, a tendência foi a substituição da lógica demográfica baseada no desequilíbrio entre sexos, com maioria de homens adultos, pela lógica demográfica da família escrava, o que resultou numa situação de razoável equilíbrio entre os sexos, ocasionado, principalmente, pelos nascimentos no interior das propriedades. No pequeno universo de Vitória o tráfico foi complementar, sendo a família a forma fundamental de reposição de cativos, pelo menos de acordo com as informações coligidas nas fontes que datam desde o final do século XVIII.

Todos os indícios – queda do índice de masculinidade, forte predomínio de crioulos, alta porcentagem de crianças e laços familiares – apontam para a confirmação da importância da reprodução natural na manutenção da escravidão capixaba. Esse se revelou, afinal, o caminho mais vantajoso para a

⁴ Recentemente, a professora Patrícia Merlo lançou sua monografia como livro. MERLO, P. *O Nô e o Ninho. Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Vitória: EDUFES, 2018.

região, há muito desvinculada do mercado externo. A reprodução natural tornou-se a alternativa mais viável aos proprietários e tal política abriu caminho para a construção de laços familiares estáveis no interior dos plantéis, permitindo ao cativo construir, inclusive, estruturas sociais para além daquelas constituídas pelo poder senhorial, ultrapassando os limites dos plantéis e envolvendo a sociedade como um todo (MERLO, 2008, p.217).

Mas foi a partir da criação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo e dos estudos desenvolvidos pela professora Drª Adriana Pereira Campos, que as pesquisas sobre o assunto ganharam fôlego, quando as escravarias capixabas começaram a ser analisadas. As pesquisas desenvolvidas pelas orientandas da professora Adriana Campos como as de Enaile Carvalho (2008), *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*; Juliana Simonato (2008) *Fazenda Santa Helena: Escravidão, bastardia e poder*; e Thiara Dutra (2016) *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*, são exemplos de como funcionava a escravidão capixaba. Três outras autoras, orientandas da mesma professora, falam exclusivamente sobre as famílias cativas capixabas. São elas: Geisa Ribeiro, Rafaela Lago, Laryssa Machado. Nessas pesquisas aparecem a reprodução endógena das escravarias do Espírito Santo, principalmente na região central.

As pesquisas desenvolvidas pela professora Adriana Pereira Campos no “Laboratório História, Poder e Linguagens” vão dinamizar os trabalhos sobre a escravidão capixaba. Em 2005, Adriana Campos junto com Patrícia Merlo publicaram o artigo *Sob as benções da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Com esse trabalho as duas historiadoras discutiram as bases legais para o casamento de cativos no Brasil. As autoras pesquisaram sobre a Legislação Portuguesa e a escravidão no Brasil (p.329-333), o regime matrimonial nas Américas (p.333-334), a elevação do matrimônio a casamento

após o Concilio de Trento (334-341) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (p.341-350), principal documento eclesiástico brasileiro no período colonial e que legitimava o casamento cativo como um sacramento católico. Os poderes da igreja iam além do campo religioso, se infiltravam nas questões particulares das relações entre senhores e escravizados, como o caso dos casamentos.

a legislação laica portuguesa ocupa lugar secundário na normatização do casamento, especificamente da união de escravos. Pudemos constatar que a partir do Concílio de Trento o conúbio foi elevado à condição de sacramento para regrar a lascívia entre os cristãos, ritualizando-se o ato do casamento, que então passou a ocupar um lugar de honra ao lado dos demais sacramentos. Inspirados nessa nova mentalidade reformadora dos hábitos cristãos, os clérigos brasileiros criaram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, nas quais se incluiu o casório de escravos como um assunto da Igreja. A despeito das resistências senhoriais, que se interessavam pelo uso cada vez mais proveitoso e menos humano de seus cativos, a Igreja imiscuiu-se nesses assuntos à época considerados privados, estabelecendo mais do que regras de sacramento, na verdade veiculando em seus cânones recomendações e orientações de tratamento aos escravos, tal qual o respeito, dentro do possível, à indissolubilidade da família, mesmo a cativa (CAMPOS, MERLO, 2005, p.351).

Em outro trabalho, Adriana Campos discute a crioulização dos cativos da província capixaba. No artigo publicado em 2011, *Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*, a autora apresenta a importância da família escrava capixaba, principalmente na região de Vitória, capital da província. A autora comprovou que a escravidão da região central capixaba sobreviveu através da reprodução endógena e não do tráfico transatlântico de africanos, como em outras regiões brasileiras e da própria província do Espírito Santo,

caso da região sul capixaba, que será visitada por vários negreiros ao longo do Oitocentos.

As fontes mostram que a natalidade chegava a movimentar cerca de uma quarta parte do comércio escravista praticado na praça de Victoria. Pode ser que parcela dessas crianças nem fosse nascida exatamente na província, mas elas eram crioulas, não africanas, o que reforça a hipótese de a escravidão ter se reproduzido em certos lugares do Brasil principalmente por meio do crescimento endógeno dos cativos, figurando o tráfico apenas como elemento suplementar dessa dinâmica. Novo lugar deve ser dado à família escrava na reflexão acerca da reprodução da escravidão no Brasil, cujos aspectos demográficos encontram-se ainda subestimados nos estudos sobre o tema (CAMPOS, 2011, p.94-95).

Outro trabalho de destaque da professora Adriana Campos é o Livro “*Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*”, organizado por ela em parceria com João Fragoso, Manolo Florentino e Antônio Carlos Jucá, publicado no ano de 2014. Na parte 5, destinada a *Trajetórias Africanas*, a pesquisadora apresenta o artigo “*Escravidão e Crioulização: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*”, onde traça o perfil dos cativos e livres da população de Vitória nos anos finais do período colonial. Os arranjos familiares eram presentes nas escravarias capixabas, bem como as alforrias concedidas nos testamentos e a miscigenação da população.

Os pardos livres tornar-se-ão expressiva categoria populacional na sociedade do Espírito Santo, já incluída no censo de 1824, realizado pelo presidente da Província do recém instalado Império Brasileiro. Essa diluição da cor criava oportunidades de circulação espacial aos negros, escravos ou não, permitindo-lhes acesso a diversos bens comercializados nas vendas locais [...]. Outro interessante aspecto dessa crioulização afigura-se na ausência de laços de solidariedade entre afrodescendentes que os

opuseram de forma conjunta à escravidão. Embora muitos elementos livres da sociedade escravista da Capitania do Espírito Santo tivessem origem nas escravarias locais, o ingresso no mundo da liberdade constituía também uma oportunidade de ascensão e hierarquia social. E a liberdade representava mais do que apenas a condição de não-escravo, por quanto abria, igualmente, a possibilidade de acumular a riqueza numa forma quase inacessível, mas não impossível, ou seja, mediante a posse de outros cativos (CAMPOS, 2014, p.557-558).

Os trabalhos de Adriana Campos e Patrícia Merlo revelaram o perfil das famílias cativas capixabas e possibilitaram que outros trabalhos pudessem ser produzidos, com a ampliação do território de pesquisa. Na década de 2010, as famílias da região sul capixaba foram analisadas pelas pesquisadoras Geisa Ribeiro, Rafaela Lago e Laryssa Machado. Através dessas pesquisas pode-se concluir diferenças grandes entre as composições das escravarias capixabas, com a presença ou ausência de africanos. Apesar do Espírito Santo ser um território pequeno, as regiões Sul e Central era bem diversificadas, tanto na composição econômica quanto social.

As pesquisas de Geisa Ribeiro, *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*, dissertação de mestrado defendida em 2012, e “*O glorioso ato de 13 de maio: escravidão e liberdade na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019)*”, tese de doutorado defendida em 2021, abordam as famílias cativas da região Central e Sul. Na dissertação de Doutorado, Ribeiro pesquisou inventários *post mortem* e testamentos da região de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Em Vitória, assim como as professoras Patrícia Merlo e Adriana Campos já haviam observado, a reprodução endógena e a crioulização eram traços marcantes das escravarias. Já em Cachoeiro de Itapemirim havia forte presença de africanos. As lavouras de café implantadas na região, principalmente na segunda metade do Oitocentos, fizeram

com que inúmeros africanos chegassem à região. Verificou-se, porém, que ainda que Cachoeiro contasse com maior presença de escravizados africanos, as famílias eram presentes e a reprodução endógena uma das estratégias de manutenção das escravarias. Outro aspecto interessante foi a permanência da família escrava unida, mesmo após a morte de seu senhor.

O grande número de crianças, a proporcionalidade entre homens e mulheres, o predomínio de crioulos, permitem pensar na importância fundamental da reprodução endógena para a manutenção e ampliação das escravarias, isto é, da família escrava para a reiteração da sociedade escravista no Espírito Santo. De modo algum, pretende-se negar a iniciativa dos homens e mulheres cativos na construção de seus arranjos familiares. As fontes, mesmo que não privilegiassem a observação do protagonismo de seus personagens, por vezes, o indicou. As famílias escravas não foram fruto da manipulação dos proprietários. Entretanto, seu valor para o funcionamento do sistema não passou despercebido para a sociedade escravista, sendo explicitada pelas autoridades e senhores. Se alguns verbalizaram a importância do ventre gerador, a maioria a indicou por suas ações. A principal delas, provavelmente, foi a tentativa de manter os laços familiares no momento da partilha do patrimônio, sobretudo os casais abençoados pela Igreja (RIBEIRO, 2012, p.189).

No doutorado, Geisa Ribeiro continuou com suas pesquisas sobre laços familiares, porém limitou-se a Cachoeiro de Itapemirim e escolheu o recorte do pós-abolição. A comunidade quilombola de Monte Alegre foi o local onde a pesquisadora realizou suas pesquisas, com recorte de 1885, anos anteriores ao fim da abolição da escravidão, até o ano de 2019, início do século XXI. O recorte temporal foi longo pois a autora quis mostrar como os remanescentes da escravidão de Monte Alegre não esqueceram seu passado, apesar de todo incentivo por parte das elites brasileiras em associar o passado cativo à

vergonha e humilhação. Nas últimas décadas, datas como o 13 de maio e o 20 de novembro trouxeram novos significados, o que antes era vergonha, se tornou motivo de orgulho. “Foi a Lei Áurea que libertou a maioria de seus ancestrais e inaugurou um campo de possibilidades, exploradas por eles, que se alarga na atualidade com a construção da identidade quilombola em substituição a de descendentes de escravos” (RIBEIRO, 2019, p.296).

Outro estudo sobre família cativa capixaba foi realizado por Rafaela Lago, em dissertação defendida no ano de 2013, com o título de “*Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*”. A autora concentrou suas pesquisas nas análises de registros batismais da região central de Vitória e da região sul em Cachoeiro do Itapemirim. Como já observado nos estudos anteriores de Patrícia Merlo, Adriana Campos e Geisa Ribeiro, Lago também concluiu que na região de Vitória havia grande quantidade de cativos crioulos enquanto que na região de Cachoeiro, a presença de africanos era marcante, tanto nas composições familiares quanto nos laços de sociabilidade através do compadrio. A autora observou o compadrio no estabelecimento de laços de solidariedade entre iguais. Notou ainda que, em Vitória, o parentesco espiritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidade cativa.

Rafaela Lago também observou que a maioria dos casais cativos se uniam por vontade própria, mas também havia arranjos políticos forjados na Pia Batismal, como mecanismo de apaziguamento das escravarias. Senhores apadrinhavam cativos, mas a predominância, em ambas as localidades, foi de padrinhos cativos. Em Vitória, os escravos escolhiam compadres, libertos e livres, de fora de sua escravaria de origem. Havia, portanto, certa mobilidade dos cativos na construção dos laços rituais. Já na região sul, os padrinhos eram escolhidos dentro da própria escravaria. Outra característica em comum foi a presença da Igreja Católica na vida cotidiana das senzalas. O ritual batismal tornava o cativo um ator social

e possibilitava ao mesmo estabelecer relações sociais diversas. Ao comparar as duas regiões, Rafaela concluiu que

Na região sul observou-se o desenvolvimento de relações comunitárias majoritariamente entre escravos. Local em processo de ocupação e expansão, o compadrio era importante instrumento para se criar vínculos e estreitar relações entre iguais. O escravo que provavelmente chegou com seu proprietário na região possuía maior chance de estabelecer parentesco espiritual com a parentela de seu senhor, como ocorreu com Anastácio e Carolina. Ainda que concedida a liberdade em testamento para o casal, os laços de dependência e subordinação para com a família do senhor certamente permaneciam. Já na região central, pelo tempo de convívio e pela ampla mobilidade dos cativos – que ocasionalmente contava entre escravos de diferentes senhores e entre desiguais juridicamente –, o parentesco ritual foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidades com perfis distintos. Havia aquelas compostas majoritariamente por mancípios; outras por escravos, livres, inclusive senhores; e ainda, aquelas onde a religiosidade influenciou sobremaneira na formação de parentes, com a invocação de santas como protetoras. Em relação à última tendência, basta recordar as escravarias de Julia Acioli Souto e de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, onde 76,2% e 45,6% dos inocentes, respectivamente, eram entregues aos cuidados de santas (LAGO, 2013, p.144).

Assim como Geisa Ribeiro, a autora continuou seus estudos com pesquisa dedicada ao pós-abolição. Em tese defendida em 2018, com o título “*Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)*”, a autora se dedicou a estudar as relações sociais dos cativos e egressos na região de Vitória nos anos finais da abolição até as primeiras décadas do século XX. O objetivo do trabalho foi conhecer as mudanças socioeconômicas dessa população, além de identificar os

impactos das leis abolicionistas (1871 – Ventre Livre; 1885 – Sexagenário) e da Lei Áurea (1888) nessa população. Como fontes a autora usou registros de batismo e civis de nascimento, cartas de alforrias, relatórios provinciais e de dirigentes e jornais capixabas da época, onde pode-se observar uma intensificação nas relações sociais dos cativos com livres a partir da Lei do Ventre Livre, uma vez que famílias formadas por escravos se utilizavam do parentesco ritual estabelecido no batismo da Igreja Católica para adentrar no universo livre da região. Rafaela Lago também observou migração significativa no pós-abolição das regiões rurais capixabas para a cidade. Também ocorreu migração de outras províncias.

Na província do Espírito Santo a preponderância das alforrias pagas em dinheiro pelos cativos e com a ajuda de indivíduos que compunham suas redes de relações ao longo de praticamente todo o período analisado representava a sobreposição da conquista escrava à mera concessão senhorial. Dito de outro modo, tal perfil trouxe à tona a ideia de que apesar da força do sistema escravista, este não era capaz de anular os escravizados como atores sociais. A recorrência de cartas de liberdade pagas expressou a habilidade do escravo na sociedade capixaba do Oitocentos em arregimentar recursos e, por conseguinte, obter ganhos políticos na luta pela sua liberdade e a dos seus. Tal autonomia não significou, contudo, ameaça ao controle senhorial, como visto, o processo da abolição caminhava de forma lenta e gradual. Não houve no imediato pós-abolição a migração de parte da população do Espírito Santo da zona rural para a cidade, tão pouco para outros estados do Sudeste. Os egressos do cativeiro não desapareceram após conquistarem a liberdade. Sabemos também que não houve migração em massa dos que aqui viviam. A queixa de falta de braços não passava, portanto, de retórica. Algumas famílias continuaram nas terras onde trabalhavam na condição de parceiros, diaristas ou realizando empreitadas. Outros haviam encontrado alternativas de

sustento fora dos limites das antigas propriedades senhoriais, mantendo ou não vínculo com seus antigos senhores (LAGO, 2018, p.217).

Trabalhos como o de Geisa Ribeiro e Rafaela Lago comportam um grande período de tempo e ajudam a compreender as relações sociais dos cativos, durante o período da escravidão e dos egressos após a abolição em 1888. Além disso, o uso de fontes diversificadas para traçar um paralelo entre as escravarias de Cachoeiro de Itapemirim, região economicamente ativa e dominante entre a segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, e Vitória, capital da província, é de fundamental importância para se conhecer a sociedade capixaba nesse período.

Outro trabalho que aborda as famílias cativas capixabas foi defendido por Laryssa Machado em 2019, com o título de *"Retratos da Escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888"*. A autora analisou dados populacionais do município de Itapemirim, região sul do Espírito Santo, que até 1864 compreendia toda a região. Isso porque, neste ano, Cachoeiro de Itapemirim emancipa-se da região, que passa a concentrar terras do litoral e do extremo-sul. A dissertação apresenta caráter demográfico, com análise de Relatórios e Falas de presidentes e vice-presidentes provinciais, censos oficiais do Governo Imperial, lista nominal da população, inventários *post-mortem* e testamentos e registros de batismo. A partir das conclusões obtidas para Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, realizou-se comparação com as mesmas, com a expansão das análises sobre famílias cativas capixabas.

O recorte temporal entre 1831, primeira tentativa do Império brasileiro de colocar fim do tráfico internacional de cativos e 1888, promulgação da Lei Áurea, que determinou o fim imediato da escravidão, foi cuidadosamente escolhido, uma vez que o litoral sul capixaba, especialmente o de Itapemirim, participou ativamente do desembarque de cativos africanos, principalmente após 1850, com a promul-

gação da Lei Eusébio de Queirós e o fim definitivo do tráfico de almas para o Brasil. Enfim, esse trabalho acrescenta as escravarias de Itapemirim aos estudos sobre família escrava desenvolvidos sobre a Província do Espírito Santo. Segundo a autora:

A relação entre Itapemirim e os africanos escravizados na província é muito forte. A quantidade de correspondências encontradas nos arquivos sobre os desembarques que aconteciam no litoral sul capixaba, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, demonstra que a região despertava a preocupação das autoridades provinciais e nacionais. A participação de grandes fazendeiros e autoridades políticas locais, como o Barão de Itapemirim, o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e o Major Caetano Dias da Silva, revelam que a teia do tráfico de almas era complexa, comprovada pela ligação com as regiões norte do Rio de Janeiro e a Zona da Mata de Minas Gerais, já que os cativos desembarcados em Itapemirim se espalhavam pelas três províncias. Em muitos documentos cartoriais e eclesiásticos, porém, a origem dos cativos foi omitida, o que dificulta as descobertas de outros detalhes. Não se pode afirmar que a omissão dos documentos foi proposital para esconder informações, ou se ocorreu apenas por descuido dos escrivães, mas, poucos africanos aparecem nos documentos pesquisados após 1850 [...]. Não é apenas sobre a origem dos cativos que os documentos cartoriais omitem informações. O mesmo ocorre com dados a respeito das composições familiares [...]. De maneira geral, os documentos cartoriais de Itapemirim apresentam grande quantidade de crianças sem vínculos familiares. Não foram encontrados indícios sobre a presença de infantes no tráfico interno, ocorrido entre as províncias, ou no tráfico internacional, mas a ausência de dados nos documentos podem ser indícios de que, a trama da escravidão em Itapemirim era mais complexa do que apontam os documentos oficiais. Quanto aos assentos de batismo muitas famílias foram identificadas. A predominância das fa-

mílias matrilineares com apenas um filho, característica das escravarias jovens, é observada, porém, muitas famílias nucleares foram encontradas e algumas com a presença de avós [...]. Em relação aos padrinhos, na maioria dos assentos eram escolhidos outros cativos para apadrinharem os infantes. Apesar no período entre 1872-1888 a maioria dos padrinhos e madrinhas era livre, isso porque, após a promulgação da Lei do Vento Livre em 1871, a escolha de compadres e comadres livres possibilitava que os infantes adquirissem mais benefícios na sociedade. Quando são comparados os documentos encontrados em Itapemirim com as pesquisas realizadas em Vitória e Cachoeiro, observam-se muitas semelhanças entre as três regiões. Encontrou-se grande quantidade de crianças com vínculos familiares em ambas as localidades, o que demonstra que tanto em regiões dedicadas ao abastecimento interno, exemplo de Vitória, como nas regiões agroexportadoras, caso de Itapemirim e Cachoeiro, as escravarias também eram abastecidas pela reprodução endógena. No momento da partilha as famílias escravas de Itapemirim, como das outras regiões da província, permaneciam totalmente ou parcialmente unidas (MACHADO, 2019, p.191-193).

As pesquisas sobre famílias cativas capixabas, como se percebeu até aqui, são de grande significância e apresentam um perfil diversificado de escravarias, relações socioafetivas e de sociabilidade de maneira geral, mas também pode-se concluir que outras regiões capixabas carecem de estudos complexos sobre famílias cativas, para se compreender melhor a composição e organização social das escravarias do Espírito Santo. O que já se tem levantado e comprovado demonstra como o Espírito Santo, mesmo sendo uma província tão pequena e com pouca relevância social, política e econômica dentro do Império Brasileiro, apresentava diferenças drásticas em suas regiões geográficas.

O centro capixaba era dominado por cativos urbanos e crioulos, com mais liberdade de circulação

na cidade, o que possibilitava maior articulação social entre os cativos e egressos, após a abolição. Enquanto o Sul, marcado pela presença africana e com laços sociais e familiares recentes, vida laboral concentrada em grandes fazendas e pouca circulação e articulação social, quando comparados a Vitória, tinham uma outra dinâmica de organização familiar e de criação de laços de sociabilidade. É importante que outras pesquisas sobre o tema, não apenas no Espírito Santo, mas em outras localidades brasileiras, aconteçam, para que se perceba o dinamismo em que viviam os cativos brasileiros, apesar de todas as restrições e humilhações impostas pelo cativeiro.

Conclusão

A família cativa brasileira é um assunto bastante estudado desde as décadas de 1970, quando se passou a utilizar novo *corpus* documental que demonstraram uma multiplicidade de relações sociais entre os escravizados. Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes tornaram seus trabalhos referências no assunto, aquele por defender a permanência dos vínculos africanos na composição das famílias cativas, enquanto estes trabalharam com a ideia de composições conjugais como mecanismos políticos de pacificação nas senzalas. Outros trabalhos que seguiram essas linhas de pesquisa foram desenvolvidos em vários lugares do Brasil onde revelam a pluralidade de vínculos e laços de família e sociais.

No Espírito Santo, Vilma Almada inicia os trabalhos quando encontra os registros de famílias em suas pesquisas. Patrícia Merlo e Adriana Campos, nos anos seguintes, ampliam as discussões e levantam os perfis das escravarias da região Central Capixaba. Nas últimas décadas, trabalhos relevantes foram produzidos, tanto por essas historiadoras quanto por aquelas que as seguem. Geisa Ribeiro, Rafaela Lago e Laryssa Machado trouxeram novos perfis familiares presentes em escravarias que ainda não haviam sido estudadas, caso de Cachoeiro de Itapemirim e

Itapemirim. Assim, pode-se observar as diferenças gritantes entre as regiões Central e Sul da Província Capixaba.

Porém, tanto pesquisas sobre famílias cativas, quanto outras pesquisas sobre escravidão espírito-santense precisam ser desenvolvidas para que se possa compreender de maneira mais completa as relações sociais, econômicas e políticas que envolviam a Capitania e posteriormente Província do Espírito Santo. O que já se tem pesquisado demonstrou que as terras capixabas, ainda que pequena em tamanho geográfico e quantitativo populacional era dinâmica e diversificada, com diferenças entre o Centro e o Sul. O que se pretendeu apresentar nesse artigo de levantamento historiográfico foi essa diversidade encontrada nas pesquisas.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Vilma P. F. *Escravismo e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

DEBRET, J. B. *VOYAGE PITTORESQUE ET HISTORIQUE AU BRÉSIL (TOME TROISIÈME)*. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de L'institut de France, 1839.

CAMPOS, A. P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CAMPOS, A. P. Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p.571-607.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia Maria da Silva. *Sob as benções da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. *TOPOI*, v. 6, n. 11, 2005.

CARVALHO, Enaile F. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DANTAS, Mariana L. R. Pai branco, mãe negra, filho pardo: formação familiar e mobilidade social na Comarca do Rio das Velhas. In.: LIBBY, D. C. et. al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: Capitania do Espírito Santo, 1781-1821*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo; CÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRACOSO, João ... [et al.], organizadores. *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRACOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcásmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO, Júnia. F. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 24, jan/2001, p. 33-74.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto; FRACOSO, João (org.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

LIBBY, Douglas Cole. et. al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRACOSO, João; COUVÉA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*: vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.337-384.

MATOSO, Kátia M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O Nô e o Ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, Luis Felipe (org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *"O glorioso ato de 13 de maio": escravidão e liberdade na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

SCOTT, Ana Silva Volpi. Entre a "curva" e o "caso": três décadas de história da família no Brasil. In.: LIBBY, Douglas Cole. et. al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

SIMONATO, Juliana S. *Fazenda Santa Helena: Escravidão, bastardia e poder*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SLENES, Robert W. *Nas senzalas, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

